

**A ‘PRECISÃO’ E O ‘LUXO’:  
usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de  
coco de Codó (MA)**

***THE ‘PRECISÃO’ AND THE ‘LUXURY’:  
the the uses of Bolsa Família Program from the coconut-breaking women of  
Codó (Maranhão, Brazil)***

---

Martina Ahlert

*Universidade de Brasília / Universidade Federal do Paraná*

**Resumo**

Este artigo trata das percepções e dos significados do recebimento e uso do benefício do Programa Bolsa Família em um grupo de mulheres quebradeiras de coco da cidade de Codó/MA, considerando as categorias família e gênero. A partir das experiências destas mulheres, questiona dicotomias comumente utilizadas para falar sobre os programas sociais, como doméstico x público, assistencialismo x direito.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, gênero, família, etnografia

**Abstract**

This article analyses the perceptions and meanings of the receipt and use of the Programa Bolsa Família for a group of coconut-breaking women, of the city of Codó / MA considering for that the categories of the family and the gender. From the experiences of these women, this article questions dichotomies commonly used to talk about social programs such as public x domestic and welfarism x rights.

**Keywords:** Bolsa Família Program, gender, family, ethnography

## Apresentação

Codó é uma cidade do leste maranhense localizada na Região dos Cocais, no trajeto entre a cidade de São Luís, capital do estado, e Teresina, capital do Piauí. A denominação dada à região se relaciona à quantidade de palmeiras de babaçu que marcam a paisagem local, e, conseqüentemente, ao trabalho de diversos dos seus moradores, especialmente as mulheres, na quebra do coco. Este artigo trata do recebimento do benefício do Programa Bolsa Família (PBF) por um grupo de quebradeiras de coco da cidade de Codó e se interessa pelos significados que elas atribuem a esse repasse<sup>1</sup>.

Durante seis meses, no ano de 2011, acompanhamos duas associações de quebradeiras de coco de Codó, a Associação de Quebradeiras de Coco do Bairro da Nova Jerusalém e a da Rua do Poraquer. Além da presença nas reuniões, e de um questionário realizado com as associadas, em cada um dos locais foram escolhidas<sup>2</sup> seis mulheres<sup>3</sup>, posteriormente visitadas e entrevistadas em suas casas, além de acompanhadas nos locais em que quebravam coco. Tendo por base e inspiração o método etnográfico, tal como entendido pela antropologia (ver, por exemplo, Malinowski, 1978 e Geertz, 1999; 2001), buscamos perceber os significados e usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras. Em campo, notamos que as percepções, interpretações e usos do benefício estavam diretamente relacionados com as categorias de família e gênero que, além de fundamentais no contexto de pesquisa, eram recorrentes na bibliografia sobre antropologia e grupos de baixa renda (Fonseca, 2002; 2004 e ainda Zaluar, 1985; Sarti, 1996; Heredia, 1979, entre outros).

Neste artigo, entendemos a categoria família como sendo social, cultural e historicamente construída (Ariès, 1981), e, portanto, não universal ou pré-determinada (Heritier, 1989). Desta forma, se torna impossível e mesmo muito pouco frutífero afirmar a existência de apenas um modelo de família ou hierarquizar as diversas possibilidades de

1 Este artigo foi escrito a partir do projeto Estratégias de enfrentamento da fome e construções de gênero: o cotidiano das quebradeiras de coco babaçu na Região dos Cocais, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por intermédio do Edital MDS/CNPq/MCT 036/2010. Fui pesquisadora colaboradora do projeto, que se desenvolveu no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA/Codó) sob a coordenação da Profa. Erika Albuquerque, com a participação dos bolsistas: Tatiane Duarte, Marineide Ferreira, Joana Etiene Lima e Silva, Eliana Silva Teles, Khetty Elane de Oliveira, Atalício Gomes de Sousa Moreira, Anderson Bezerra e Emanuelly Karoline de Souza. Neste artigo, agradeço em especial à Eliana Silva Teles, que auxiliou na organização desse material, e à Tatiane pela leitura e sugestões.

2 As mulheres foram selecionadas por indicação da presidência das associações (que eram compostas pelas próprias quebradeiras), a partir de critérios estabelecidos pela equipe da pesquisa. Neste sentido, buscamos construir o grupo das mulheres selecionadas abrangendo casadas e solteiras, mães e avós que possuíam ou não outra renda além da quebra do coco.

3 O grupo foi constituído por Generosa (59 anos, viúva), Delfina (51 anos, casada), Rita (55 anos, casada), Jesus (49 anos, solteira), Gorete (24 anos, solteira), Socorro (29 anos, casada), Rosa (52 anos, casada), Marta (30 anos, casada), Teodora (49 anos, casada), Efigênia (55 anos, separada), Nazaré (54 anos, solteira) e Rosalina (63 anos, viúva). Todas são mães e algumas são avós, e começaram a quebrar coco na infância (entre 7 e 12 anos de idade). Os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

configuração das relações familiares (Fonseca, 2002; 2004). De fato, autores falando sobre família em grupos populares destacam que esta se configura menos enquanto núcleo familiar, mas antes enquanto rede, como uma “trama de obrigações morais” (Sarti, 1996, p. 49) marcadas pela reciprocidade entre seus membros.

Por sua vez, entendemos gênero como uma construção social que se inscreve sobre os sexos biológicos (Grossi, s/d) e, diante disto, buscamos perceber como as próprias quebradeiras de coco entendiam as diferenças entre homens e mulheres, e a escolha, no desenho do Programa Bolsa Família, das mulheres como público prioritário no recebimento do repasse. Enquanto categorias históricas e culturais (e por isso mesmo, sem um conteúdo absoluto, invariável e essencial), família e gênero são articulados de diferentes formas nas situações concretas de vida dos sujeitos (Bourdieu, 1997). Como procuraremos mostrar no texto, são a casa e a família dois valores fundamentais para as quebradeiras de coco, que indicam a necessidade da “luta”, tanto no trabalho que desempenham quanto no acesso ao Programa Bolsa Família.

Gênero e família são categorias centrais também no âmbito das discussões sobre o Programa Bolsa Família, visto as mulheres serem consideradas as receptoras prioritárias do dinheiro proveniente do benefício (embora não exclusivas). Tal recorte levou a uma discussão bipolarizada (na mídia, na academia, nos movimentos sociais) entre a positividade e a negatividade dessa associação. Há pesquisadores que destacam a vinculação entre o benefício e as mulheres como positiva, e indicam um empoderamento das mulheres a partir deste momento. Outros autores, por sua vez, indicam essa relação como negativa, na medida em que reafirma um papel tradicional da mulher e, desta forma, sua posição de subalternidade na sociedade brasileira<sup>4</sup>.

Neste texto, procuramos mostrar que a relação entre as mulheres e o recebimento do benefício do Programa possui uma complexidade que não pode ser encerrada em uma discussão bipolar. O lócus desta abordagem é o cotidiano das quebradeiras de coco, porque se entende que as experiências com a política, e com as políticas públicas e sociais, são indissociáveis de características diversas que compõem a vida dos sujeitos, não constituindo, portanto, uma esfera separada das mesmas (Goldman; Sant’Anna, 1999 e Borges, 2003). Nesta perspectiva, é possível perceber que o Programa Bolsa Família está “sujeito” a leituras e apropriações variadas (tal como preconizam, falando de política de uma forma mais ampla, Goldman; Silva, 1999), de maneira que as condições de classe e de gênero, que se fazem presentes no dia a dia e dão sentido às experiências de vida das quebradeiras de coco de Codó, são fundamentais para entender a apropriação que fazem do benefício.

---

4 Dagmar Meyer e Carin Klein analisam programas de transferência de renda na área da educação e saúde que possuem as mulheres como “agentes prioritárias de sua implementação” (Klein, 2005, p. 31) e entendem que esta ênfase remete à constituição de um determinado tipo de maternidade que associa “mulher” ao status de “mãe”, reforçando as hierarquias de gênero que postulam seu espaço como o da casa (não oferecendo acesso ao mercado de trabalho) e ao cuidado dos filhos (Meyer, 2005; Klein, 2005, ver ainda Mariano e Carloto, 2009). Sobre a dicotomia nos estudos sobre o Bolsa Família, ver Libardoni, 2010 e Pires, A., 2012.

### Em “terra alheia”: a vinda do campo para a cidade

Qualquer um que acorde cedo na cidade de Codó pode ver diversas pessoas, majoritariamente mulheres, deslocando-se com suas sacolas e utensílios de trabalho (machado, coifo) para a zona rural do município. Os deslocamentos são feitos a pé, de moto, de bicicleta ou de caminhão, para áreas conhecidas pela predominância de palmeiras do coco babaçu, especialmente o Centrim, a Fábrica de Cimento e a Agrotécnica. O retorno das quebradeiras de coco costumeiramente é realizado no final do dia, com os sacos do coco inteiro ou já quebrado. Segundo Viviane Barbosa (2007), em 2007 cerca de 400 mil famílias viviam do extrativismo ligado ao babaçu, no Maranhão, e aproximadamente 10,3 milhões de hectares eram ocupados pela palmeira no estado.

Codó atualmente tem cerca de 118 mil habitantes, é a quinta maior cidade do Maranhão, e possui pouco mais de 18.000 beneficiários do Programa Bolsa Família, que são atendidos na Secretaria de Ação Social e em três Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Segundo dados do Censo do IBGE<sup>5</sup>, realizado em 2010, entre as pessoas com 10 anos ou mais de idade, 86,11% não possui renda ou recebe até um salário mínimo; a incidência de pobreza, em 2003, alcançou 59,37%, e os postos de emprego do perímetro urbano são reduzidos. Por diferentes razões, mas também como resultado dessa configuração, muitas pessoas se deslocam, diariamente, para a zona rural, para se dedicarem à quebra do coco babaçu e para ‘colocar linhas de roça’.

O movimento para o campo só pode ser entendido se levarmos em conta a movimentação inversa – do campo para a cidade – que se intensificou há quarenta anos e teve seu auge nas décadas de 1980 e 1990. Neste período, muitas famílias de trabalhadores rurais foram paulatinamente expulsas do interior do município pela expropriação e grilagem de terras. Estes processos configuraram o campo como um espaço marcado pelos grandes latifúndios, dedicados, especialmente, à criação de gado e mesmo à reserva de terras (Moura, 2009). A vinda para o perímetro urbano de Codó aconteceu de forma paralela ao incremento da migração de codoenses para outros estados do Brasil<sup>6</sup>. Desde 1987, a Prefeitura Municipal de Codó, em resposta ao movimento de pessoas, ‘disponibiliza’ um caminhão que leva parte das quebradeiras de coco para uma região no interior do município, para a quebra – medida que não contempla nem a totalidade das quebradeiras e menos ainda a diversidade dos locais de trabalho.

Enquanto a quebra do coco babaçu ocupa as mulheres<sup>7</sup>, muitos homens também se deslocam para o campo para ‘colocar linha de roça’. Esses trabalhadores plantam pequenas

5 Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6 Sobre a migração de trabalhadores rurais de estados do Nordeste para outras regiões do país, ver, por exemplo, Godoi, 1999; Durham, 1984; Garcia Jr. 1989; Woortmann, 2009.

7 Apesar de ser uma atividade realizada pelas mulheres, durante a pesquisa de campo conhecemos alguns maridos de quebradeiras que sabiam quebrar coco e o fizeram nos momentos de maior ‘precisão’.

porções de roça, normalmente arroz, em terras de grandes proprietários ('terra alheia'). Para utilizar a terra podem pagar em dinheiro ou com parte da produção. O sistema é vantajoso para os proprietários, que utilizam estratégias – como limitar o tamanho da terra e o tempo de uso – a fim de não caracterizar nenhum tipo de posse de terra pelos trabalhadores (Moura, 2009).

Esse artigo se refere, portanto, às mulheres quebradeiras de coco que se deslocam, de formas variadas, para o campo a fim de exercer seu trabalho. Enfocamos menos a estrutura das associações de quebradeiras de coco e sua relação com a política local, e antes suas interpretações em relação ao benefício do Programa Bolsa Família. A 'precisão', termo êmico que denota pobreza, marca a dureza da vida e do cotidiano das quebradeiras, assim como o pouco dinheiro da quebra (em média, entre seis e dez reais por dia). É porque passam por momentos de 'precisão' que as quebradeiras se percebem como público alvo do Programa, cuja renda permite uma 'ajuda' no enfrentamento das dificuldades e mesmo a possibilidade de aquisição de alguns bens e alimentos considerados 'luxo', como mostraremos na continuidade do texto.

Antes do PBF, muitas quebradeiras já haviam participado – elas mesmas ou seus familiares – de outros programas governamentais, como o Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)<sup>8</sup>. Podemos sugerir que esse acesso anterior foi fundamental para criar uma rede de conhecimento e mesmo uma maior 'intimidade' com o manejo do funcionamento do Programa. Entretanto, apesar de uma possível familiaridade, no período inicial do PBF, as mulheres entrevistadas também encontraram dificuldades, como a demora entre o primeiro cadastro e o recebimento do benefício, a gestão das condicionalidades<sup>9</sup>, além de obstáculos com a linguagem empregada pelos funcionários da assistência social. O material escrito, como as cartilhas que são distribuídas pelo poder público, tem pouca penetração entre as quebradeiras, já que muitas mulheres não sabem ler e escrever, apenas 'colocar' o nome<sup>10</sup>.

Essas dificuldades – quando somadas à inconstância das iniciativas governamentais em Codó, às promessas dos políticos e ao atendimento personalizado das demandas das pessoas – caracterizam a ideia de 'luta' para conseguir o benefício. As interlocutoras da pesquisa, como demonstraremos na sequência do artigo, entendem o recebimento da Bolsa Família como parte da luta que travam com o Estado a partir de suas condições de vida na cidade. A casa e a família são os elementos que dão sentido a esta luta, e nos permitem

8 O Bolsa Escola foi um benefício de estímulo à presença na escola, tornado federal no governo de Fernando Henrique Cardoso. A partir do governo Lula, foi incorporado ao PBF. O PETI "articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil" (segundo site do Ministério do Desenvolvimento Social disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>).

9 As condicionalidades são compromissos assumidos pelos beneficiários do PBF em diferentes áreas, como a educação, a assistência social e a saúde. O repasse do benefício está condicionado ao seu cumprimento (ver site do Ministério do Desenvolvimento Social).

10 Foram aplicados, nas duas associações, 100 questionários, que mostraram que 39% das quebradeiras não sabiam ler e escrever e 17% sabiam apenas assinar o nome.

pensar além da dicotomia entre o doméstico e o mundo da rua, dualidade que marcou estudos de gênero e família em grupos populares.

### **A Casa e a Família**

Nas relações que as quebradeiras consideram como familiares, é possível ver diferentes configurações da ideia de família. Para além desta diversidade, chama atenção a presença constante de filhos e netos de criação. Fonseca (1995) mostra que a “circulação de crianças”<sup>11</sup> é “uma prática familiar, velha de muitas gerações, em que crianças transitam entre as casas de avós, madrinhas, vizinhas e ‘pais verdadeiros’” (Fonseca, 1995, p. 9). Entre outras razões, a prática da criação de filhos não biológicos e de netos, assim como uma maior fragilidade dos laços de afinidade em relação aos de consanguinidade (Fonseca, 1995; 2004), faz com que as mulheres, na posição de mães ou de avós, arquem com o cuidado de crianças e adolescentes nos grupos populares. Estas características refletem na forma como que se configura o cenário da distribuição do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco entrevistadas: Generosa, Delfina, Rita e Jesus recebem por netos; Gorete, Socorro e Rosa pelos filhos; Marta pelos filhos e por uma sobrinha; Teodora, Efigênia e Nazaré recebem o benefício básico; Rosalina não recebe atualmente, o cartão está no nome da filha que reside em sua casa.

Entre as quebradeiras, contudo, existem diferentes histórias que levaram à criação de diversas crianças (filhos, netos, sobrinhos etc.) e, diante disso, variadas formas de se apropriar do dinheiro do benefício do PBF. Dona Delfina, por exemplo, recebe o benefício por uma neta de 10 anos de idade, que cria desde que a menina tinha 3 anos, momento em que sua filha migrou para outro estado. Os casos de migração de familiares, especialmente em busca de emprego, para cidades como Brasília, Goiânia e São Paulo são muito recorrentes na cidade de Codó. Rita recebe o benefício por um neto que sempre morou em sua casa. Ele voltou a morar com a mãe, mas, para não alterar o cadastro, as duas mulheres acordaram uma divisão do valor (que inclui o benefício básico que Rita também recebe). Existem outros casos em que, por causa dos cuidados compartilhados de filhos e netos, as mulheres dividem o valor do benefício entre elas e suas filhas ou noras. Para as interlocutoras, essa é uma forma de evitar a burocracia e o receio de que alterações signifiquem a perda do benefício do PBF.

Diante desses aspectos, podemos perceber que a configuração da distribuição do benefício do Bolsa Família – quando pensamos especialmente a relação entre o ‘nome que está no cartão’ e ‘por quem se recebe’ – tem a ver com diversos fatores que influenciam, em determinado momento, o arranjo familiar. Assim, a migração e as dificuldades financeiras, entre outros possíveis elementos, se colocam sobre a distribuição do benefício, porque são

11 Como define a autora: “[...] circulação de crianças, ou seja, o grande número de crianças que passa parte da infância e juventude em casas que não a de seus genitores.” (Fonseca, 2002, p. 14).

elementos que também definem as configurações familiares. Como estes aspectos não são determinados ou fixados sem possibilidades de mudança – pelo contrário, são sazonais – quando se alteram exigem que as pessoas façam pequenos ajustes na distribuição do dinheiro proveniente do PBF. Estes ajustes são internos à própria família e costumam ser negociados entre as mulheres. Nesse sentido, as dinâmicas familiares particulares imprimem formas de lidar com o Bolsa Família que não estavam previstas na lógica do programa social (mas que são passíveis de serem feitas dentro de sua estrutura). Pensando no recebimento do benefício, gostaríamos de indicar ainda dois elementos: o emprego do dinheiro e, em segundo lugar, a importância da família, das crianças e da casa como argumentos que justificam o recebimento do benefício (e instauram uma relação com o Estado).

### **‘Pra comer’ ou ‘um luxo’: as finalidades empregadas no uso do benefício**

O uso do dinheiro do benefício do PBF também nos ajuda a pensar as percepções dos sujeitos sobre o próprio Programa. De maneira geral, a utilização do dinheiro apresenta finalidades semelhantes entre as quebradeiras pesquisadas, sendo utilizado, em primeiro lugar – quando não se consegue outra forma de renda ou aquisição de alimentos – ‘pra comer’, ou seja, para comprar comida. Apesar da recorrência dessa afirmativa, elas nunca deixaram de trabalhar na quebra do coco ou na roça e, por isso, a utilização do benefício poucas vezes serve apenas para a compra de alimentos. Assim, esse dinheiro ainda aparece, nas falas das quebradeiras, como recurso para o pagamento das contas como água, luz, gás; e para auxiliar nas despesas com as crianças e adolescentes, principalmente as relativas à escola.

Apesar das recorrências mais constantes, é possível dizer que o destino do dinheiro proveniente do benefício depende da necessidade da família no momento do mês em que recebe o repasse:

É assim, um mês eu compro as coisas pra dentro de casa não é? Está faltando as coisas, pago um talão de luz que é sessenta reais. Aí eu compro as coisas, bolacha pra eles merendar, as coisinhas. Compro caderno, compro lápis, sandália pra um, creme pra outro, desodorante pra outro, as coisinhas de casa [...] Aí, tem mês que eu compro as coisinhas pra eles, tudinho. Aí tem mês que eu parto no meio, pra comprar as coisas pra eles e arroz pra nós comermos (Marta, 07/07/2011).

Os gastos com a escola são vistos como uma despesa importante. Apareceram vinculados, especialmente, ao material escolar, como cadernos e lápis, mas também ao uniforme. Além de utilizarem o PBF para a compra de alimentos, o pagamento de contas e as despesas com as crianças e adolescentes na escola, o benefício pode ser utilizado diretamente nos estudos e cursos – aulas de reforço e de informática foram mencionadas

por Dona Jesus e por Dona Generosa. Outras quebradeiras ainda remeteram a utilização do dinheiro para pagar eletrodomésticos e medicamentos. Teodora contou-nos que tanto a construção de sua casa de alvenaria como a quitanda que conseguiu montar foram possíveis porque utilizou o dinheiro de programas governamentais nos quais seus filhos participavam (por isso dizia que tudo lhes pertencia). Em outros momentos, os filhos também foram mencionados como recebendo quantias pequenas de dinheiro proveniente da Bolsa Família, seja para comprar roupas, biscoitos, doces e sorvetes para encontros com namoradas – chamando atenção para a possibilidade de pensar em um efeito não esperado do Programa, a autonomia das crianças e adolescentes, tal como sugere Flávia Pires (2009).

Os usos do dinheiro do benefício, portanto, apresentam uma vinculação direta com o ambiente doméstico, com a manutenção de sua rotina e com as crianças e os adolescentes. As mulheres beneficiárias, neste sentido, reforçam o papel social e de gênero do qual costumam se orgulhar nas conversas<sup>12</sup>: a sua identidade de mães e avós, de mulheres que batalham pela manutenção de suas famílias (Caldeira, 1987; Sarti, 1996; Libardoni, 2008). Em um cotidiano de “luta”, como mostraremos abaixo, o Programa Bolsa Família é visto como uma “ajuda”<sup>13</sup> que permite, além da manutenção do que seriam as necessidades básicas da casa (como a alimentação), o acesso a outros elementos importantes, como roupas, calçados e material escolar.

O repasse é utilizado de acordo com as necessidades das famílias no momento do seu recebimento. Esta forma de repasse garante, portanto, que as mulheres encontrem algum grau de liberdade na sua utilização (podem usar para o que estiverem precisando mais naquele momento). Contudo, diante das dificuldades financeiras que marcam o cotidiano das interlocutoras da pesquisa, a possibilidade de manipulação deste dinheiro contempla normalmente as mesmas finalidades. Em todas as utilizações referidas pelas quebradeiras, a família figura como a unidade básica a partir da qual se pensa o uso do benefício, semelhante a outros contextos de pesquisa (Pires, Santos e Silva, 2011; Pires, 2009; Libertoni, 2008), onde a importância da casa, dos filhos e da escola também são apresentadas como preocupações centrais das beneficiárias do Bolsa Família.

### **Gênero e casa**

Alguns cientistas sociais, pesquisando famílias de baixa renda, destacaram que a relação do casal era marcada por uma complementaridade (ver Sarti, 1996; Zaluar, 1985).

---

12 Teresa Caldeira (1987) mostra que a identidade de mãe e o bem-estar dos filhos eram argumentos muito utilizados pelas mulheres, já na década de 1980, para legitimar sua adesão às lutas políticas nos bairros e sua saída do ambiente doméstico. Outras pesquisas em bairros populares também mostram a maternidade (fosse biológica, fosse enquanto relação) entendida como um traço identitário fundamental das mulheres (Zaluar, 1985; Sarti, 1996).

13 A categoria ‘ajuda’ é encontrada em outros contextos etnográficos para se referir a programas sociais, sobre o caso do Programa Fome Zero, ver Ahlert (2008a, 2008b); e, para o Programa Bolsa Família, ver a discussão de André Pires a partir de uma pesquisa realizada em Campinas (Pires, A., 2012).

Concluía-se que havia uma posição estrutural de homem e outra de mulher (de marido/esposa), que remetia a mulher ao ambiente doméstico e privado e o homem ao espaço público e político. Em outro momento, as próprias Ciências Sociais passam a questionar estas dicotomias como constitutivas da realidade, entendendo-as como um reflexo de categorias do pesquisador, que, quando aplicadas aos grupos pesquisados, privilegiavam os espaços onde os homens estavam presentes (ver, por exemplo, Strathern, 2006). A partir da percepção das quebraadeiras de coco sobre as diferenças de gênero, buscamos pensar esta oposição desde o recebimento do PBF.

As quebraadeiras de coco babaçu de Codó, como apontado acima, destacam a importância de seu papel de mães e do cuidado da casa. Contudo, nas suas atividades diárias, não estão presentes, todo o tempo, no ambiente doméstico – pelo contrário, se deslocam diariamente para o trabalho na zona rural. Nas entrevistas, as interlocutoras da pesquisa foram perguntadas sobre a prioridade feminina no recebimento do benefício. Apenas Teodora disse que “tanto faz” se o cartão estiver com o nome da mulher ou do homem, porque seu marido sabe “fazer a feira” ou pagar as contas que chegavam a casa. O restante das quebraadeiras disse que é melhor que o cartão esteja no nome da mãe/mulher, especialmente porque é a mulher quem sabe quais são as prioridades nas quais o dinheiro deve ser gasto

[Um homem] sabe não. Você vê, você compra direito, eles não compram as coisas direito pra casa, e sendo a mulher é melhor, é muito melhor ser pago pra mãe do que pro pai [...] É verdade, [ele] às vezes num sabe tudo que falta dentro de casa, às vezes quer sobrar um pouquinho pra ir pra festa, pra sair na rua e tomar uma cerveja e mulher não. Eu mesmo gosto de tomar uma cerveja, mas os luxos assim... Digo é 2,50 [reais] uma cerveja, 2,50 eu compro de feijão e fico comendo a semana todinha. (Generosa, 05/07/2011).

Conhecer as despesas da casa, saber o que comprar e como comprar é tido como uma característica das mulheres. Esse conhecimento do mundo doméstico se soma a outro elemento que também funciona como legitimador dentro dos argumentos das quebraadeiras: a mulher é quem tem os filhos como prioridade. Pires, Santos e Silva (2011), pesquisando na cidade de Catingueira (PB), perceberam, entre beneficiários do PBF, referência semelhante à mulher como responsável pelas compras da casa, pelos filhos e pelo bem-estar da família, argumento naquele contexto também utilizado para fazer referência à importância da prioridade feminina no repasse do Programa. Gorete, em uma entrevista, nos disse que:

Tem muitos casos que o homem recebe o dinheiro, entendeu? Apesar dos filhos estar passando necessidades, fazem isso – eu já vi casos assim, já vi assisti, tem muito casos assim que os pais recebem – o dinheiro vai pra farra bebe cachaça, contudo ... E os filhos passando fome. (Gorete, 23/08/2011).

As mulheres, na constatação das quebradeiras entrevistadas, estão mais familiarizadas com o ambiente doméstico, sendo que conhecer e cuidar bem da casa são elementos que ajudam a definir sua identidade. Contudo, não sabem disso porque estão restritas ao espaço doméstico – as quebradeiras, ao valorizarem o doméstico e também trabalharem 'fora' de casa, borram as fronteiras da dicotomia que toma o mundo do doméstico como separado do mundo do público. O que as diferencia dos homens não é elas não circularem amplamente fora do doméstico, mas, diferentemente deles, é elas saberem quais são as prioridades da casa. As quebradeiras de coco dizem conhecer casos de homens que gastam o dinheiro do benefício com "festa" e "bebida", contudo, diferente dos argumentos do senso comum (que tendem a generalizar e condenar tais comportamentos), o fato de algumas pessoas não saberem se utilizar do benefício (para a casa e para os filhos, que são gastos legitimados por elas) não invalida o Programa Bolsa Família. Pelo contrário, destaca como elas são merecedoras do repasse, já que o utilizam com responsabilidade.

A renda acessada a partir da participação no Bolsa Família ingressa no orçamento familiar como uma contribuição feminina – referência encontrada também por André Pires na cidade de Campinas (2012) –, assim como o dinheiro proveniente da quebra do coco. Apesar de se perceberem como diferentes dos homens, como conhecedoras do espaço doméstico e das despesas da casa – algo que legitima sua prioridade no recebimento do benefício do Programa –, as quebradeiras permitem questionar a dicotomia entre público e privado, frequentemente relacionada àquela entre masculino e feminino. As interlocutoras da pesquisa são sujeitos compostos de várias 'facetas': além de serem mães e donas de casa, são quebradeiras de coco, tem um envolvimento político a partir das associações, 'correm atrás' de melhorar suas condições de vida, inclusive fazendo o cadastro do PBF (que é "luta", como temos insistido ao longo do texto).

Nessa perspectiva, as quebradeiras constituem suas casas como um ambiente privado, mas não como oposto ao público, já que a casa é um espaço de fluxo constante de pessoas, especialmente de crianças. Além disso, a casa não é fechada em si mesma, pelo contrário, é a unidade básica a partir da qual se colocam diante da relação com o Estado – já que os argumentos por elas mais utilizados para justificar a necessidade do benefício do Programa Bolsa Família é sua posição de mães e de conhecedoras da casa. O engajamento com o Bolsa Família, como lembra André Pires (2012), é uma forma de relação com o Estado, o que torna papéis e argumentos, tidos como apolíticos – como a função de mãe e o domínio do doméstico (Mariano e Carloto, 2009; Klein, 2005; Meyer, 2005) –, centrais para entender as relações políticas colocadas em Codó (e possivelmente em outros contextos etnográficos).

Se a dicotomia entre o público (tido como masculino e político) e o privado (feminino e doméstico) é pouco explicativa para pensar as quebradeiras de coco, elas ainda permitem borrar as oposições de outro dualismo frequente nas afirmações sobre o Programa Bolsa Família, aquele que busca classificar o recebimento do benefício como

assistencialismo ou como direito (Ahlert, 2008a; 2008b).

### **Mudanças e representações relacionadas ao Programa Bolsa Família**

Existem diferentes formas de medir ou perceber o impacto de um programa social nas experiências de vida do público ao qual o programa se destina e, no âmbito da pesquisa sobre a qual escrevemos esse artigo, as quebradeiras de coco foram perguntadas sobre a existência (ou não) de mudanças nas suas condições de vida em virtude da participação no PBF. Nesse sentido, o Programa é visto como tendo-as afastado de situações de fome que, em momento anterior, tinham-nas atingido, como nos disse Nazaré “aquela fome que eu passava – que a gente já passou muita necessidade mesmo, tinha vez que a gente tinha vontade de botar uma farinha na boca e não tinha às vezes, hoje já tem” (Nazaré, 19/08/11).

Como os filhos aparecem como prioridade no uso do dinheiro do repasse (Pires, A., 2012; Libardoni, 2008), eles também são enfatizados nas percepções de mudança. Dona Socorro, em uma conversa na sua casa, disse “lembro quando era criança, minha mãe tinha que quebrar ‘não sei quantos’ quilos de coco babaçu pra comprar alguma coisa pra gente” (Socorro, 24/05/11). Ela, em contraposição, podia atender alguns dos pedidos de seus filhos com maior recorrência:

Hoje eles já dizem assim “mamãe eu quero roupa assim tal”, eu já compro. Hoje já tem, assim, praticamente um luxo pra eles, porque antes, quando eu era criança não tinha esse luxo assim, hoje eles já têm. Aí, eu sempre falo a gente tem que dar valor no que a gente tem. (Socorro, 26/07/11).

As quebradeiras veem o benefício do PBF como algo positivo quando pensam em relação às suas próprias trajetórias (sua infância ou momento anterior ao Programa), indicando a possibilidade de comprar itens de consumo que seus filhos necessitam, assim como dar-lhes um pouco de ‘luxo’. Dar aos filhos algumas ‘regalias’ que não possuíram em suas infâncias aparece como algo que as deixa satisfeitas como mães e como avós.

Embora todos os aspectos positivos apresentados pelas quebradeiras, elas não pararam de quebrar coco por causa do ingresso no Bolsa Família e nem mesmo de investir nas diversas outras estratégias para melhorar suas vidas (como outros programas, pequenas iniciativas de empreendedorismo etc.). A quebra do coco babaçu tem uma lógica muito peculiar, quando se pensa na relação entre tempo e trabalho, já que a quebra garante uma pequena quantidade de dinheiro no final de cada dia – e não de forma semanal ou mensal. Outros locais e iniciativas às quais as quebradeiras recorrem para receber proventos, como alimentos, e mesmo o trabalho na roça, não são formas estáveis de acessar recursos. Provavelmente por causa dessa instabilidade, a constância do repasse do Bolsa Família, desde que cumpridas as condicionalidades, é um elemento indicado como positivo pelas

quebradeiras. Como diz Dona Delfina “aquilo ali é uma conta que você vai sem susto, no dia pode ir que tá lá” – e, nesse sentido, as quebradeiras de Codó compartilham o elogio à constância do repasse, encontrado ainda em pesquisas em outros contextos, como visto em Pires (2009) e Libardoni (2010). Além disso, também aparecem menções de positividade ao Programa porque, ao invés de distribuir comida, roupas ou mesmo gerar alimentos como as roças, é uma forma das quebradeiras terem acesso a dinheiro (na sua forma monetária), como nos disse Socorro: “hoje já tem a facilidade, que antes não tinha ajuda nenhuma do governo. Tinha assim cesta básica, mais em parte de dinheiro não tinha” (Socorro, 26/07/2011).

Ainda que nenhuma das quebradeiras de coco tenha parado de quebrar e nem tenha o Bolsa Família como única fonte de renda, o Programa apresenta uma nova configuração da rotina da quebra. Com ele se torna possível flexibilizar o ritmo de trabalho:

Era ruim, porque eu tinha que quebrar o coco todo dia pra dar comida pros filhos. Todo dia eu levantava quatro horas da madrugada, ajeitava a comida pros menino, lavava roupa, ajeitava tudo. Quando era seis horas eu ia pro carro, aí ia quebrar coco. ...] E naquele tempo se eu dissesse “hoje eu não vou pro mato. Hoje, é domingo, é sábado. Hoje eu quebrei o coco que só deu pra fazer a despesa de sábado”. Domingo eu tinha que quebrar meu coco, pra de tarde eu comer. Cansei de fazer isso (Rosalina, 06/08/2011).

O benefício do PBF permitiu, portanto, que, com algum dinheiro, elas pudessem ficar algum dia da semana sem realizar a quebra do coco. Em épocas de maior dificuldade financeira, ou, como elas chamam, de maior ‘precisão’, as quebradeiras costumam dizer que “quebra coco sábado pra ter o que comer no domingo”. A constância do repasse do benefício permite uma flexibilização da rotina baseada na ‘precisão’.

### **A “luta” e a “ajuda”**

A categoria mais utilizada pelas interlocutoras para se referir ao benefício do Programa Bolsa Família é a de “ajuda”. Enquanto categoria ‘nativa’, a “ajuda” é “dada pelo governo” aos mais pobres e isto é visto, pelas quebradeiras de coco, como uma responsabilidade do Estado. Ultrapassando os limites das falas das coordenadoras, e pensando um cenário mais amplo, o termo ajuda poderia ser interpretado como característica negativa do Programa e associado ao polo oposto da efetivação de direitos, enquanto prática assistencialista.

O uso da categoria ajuda pelas quebradeiras de coco, entretanto, não remete a uma dissociação entre ajuda e direito. Em suas falas e na percepção que possuem do Programa, as duas possibilidades (ajuda, direito) não se mostram como excludentes na experiência com o PBF. Na continuidade do artigo, vamos mostrar como operam essas categorias, por

ora, é importante dizer que algumas etnografias realizadas em contexto de periferia de grandes cidades e de grupos de baixa renda, nas décadas de 1980 e 1990, já indicavam para o entendimento de políticas e programas de governo como acionando, conjuntamente, a ideia de ajuda/favor e direito (ver, por exemplo, Sarti, 1996 e Zaluar, 1985). Em Porto Alegre, durante o funcionamento do Programa Fome Zero, pude observar que as coordenadoras de um dos núcleos do Programa utilizavam tanto a ideia de direito como a de ajuda para justificar o recebimento de cestas básicas (Ahlert, 2008a, 2008b). Observações semelhantes foram feitas por Pires, Santos e Silva (2011) sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família em Catingueira<sup>14</sup>, na Paraíba, onde a associação entre os dois termos permite às autoras indicar a necessidade de repensar uma concepção simples de sociedade patrimonialista.

Para além das considerações destas pesquisas, as quebradeiras de coco de Codó, ao não oporem ajuda e direito, afirmam que receber o benefício do Bolsa Família faz parte de sua “luta”. Para entender essa afirmação, vamos esboçar melhor como concebem seu acesso ao Programa. As interlocutoras da pesquisa utilizam a categoria “ajuda” para descrever o Bolsa Família, assim como também afirmam que receber o benefício é conhecer os próprios direitos. Evidentemente, reconhecer que o benefício advindo do Programa é uma importante “ajuda” dada pelo governo não o exime de ser responsabilizado diante do que elas consideram características de mau funcionamento do Programa, e, menos ainda, exime as mulheres e as pessoas pobres de terem que “correr atrás” para conseguir o seu benefício (o que o faz ser uma “luta”).

As quebradeiras se percebem como o público ao qual o Programa Bolsa Família se destina, isto porque expressam, seja falando de seus corpos ou dos locais onde moram, diversos sinais de vulnerabilidade. Contudo, diferente delas, existem outras categorias de pessoas que se relacionam com o Programa. Por um lado, existem pessoas que “não merecem” e “não precisam” participar do repasse, mas estão na lista dos beneficiários.

Estão dando é pra uma enfermeira, pra uma professora, pra outras pessoas que não tem necessidade. Eu digo isso aqui é porque no tempo do PETI quem estava ganhando era o pessoal rico e os pobres não estavam ganhando [...] O Bolsa Família eu vi foi muita gente, mulher que não tem necessidade... (Rosalina, 24/08/2011).

<sup>14</sup> “Quando questionados se o benefício do PBF era um direito ou um favor, a resposta se alternava, e a reflexão nativa direcionava-se no seguinte sentido: é um favor do governo federal, na pessoa do presidente Lula. Afinal, foi ele – e não outro presidente – quem implementou tal programa. Mas é também um direito das pessoas que não possuem uma renda mínima adequada para viver, já que há muitos gastos inúteis ou excessivos no governo (como viagens de avião por países diversos). Neste caso, é um ‘direito da pessoa pobre’ e também um ‘favor de Lula’. Essas considerações indicam um complexo entendimento da política pública pelos seus beneficiários, que extrapola em muito a simples concepção de sociedade patrimonialista e aponta para a necessidade de futuras pesquisas. Afinal, direito e favor não parecem ser incompatíveis nessa reveladora maneira de pensar o PBF” (Pires; Santos; Silva, 2011, p. 112).

Por causa destas pessoas que recebem, mas não teriam o perfil do público destinatário do Programa, as quebradeiras de coco questionam o poder público nos atos de fiscalização das famílias do PBF. Além disso, existe outro grupo de pessoas, formado por aqueles que ainda não conhecem o Bolsa Família, os moradores da área rural, que encontram mais dificuldades e que são ainda mais pobres. Eles nem sequer ficam sabendo do Programa. Tomamos a fala de Rosalina sobre essas pessoas: “É quebradeira de coco e não tem (Bolsa Família). Tem quatro, cinco filhos. Por que hoje a classe mais sofredora, a classe mais miserável e a pobre mesmo, não tem, de jeito nenhum.” (Rosalina, 06/08/2011).

Existem, portanto, diferentes tipos de ‘pessoas’ que podem ser identificadas nas suas narrativas: aquelas pessoas que recebem e não precisam; aquelas que precisariam muito, mas não ficam sabendo como fazer parte do Bolsa Família. Em outras falas, ainda podemos identificar que existe um terceiro grupo, formado por pessoas que procuraram fazer o cadastro, mas, sem saber a exata explicação, nunca conseguiram o benefício – exemplo de que não batalharam o suficiente e por isso não conseguem receber, como afirma Rosalina: “Eu já vi foi muita gente dizer que foi fazer o cadastro e não conseguiu Agora elas são, são tapada, porque comigo eu vou em cima, caço meu direito.” (Rosalina, 24/08/2011).

Elas estariam em um quarto grupo de pessoas: não são como aquelas que não sabem da existência do Programa (os mais vulneráveis entre os vulneráveis), não são como as que recebem e não merecem e também não são aquelas que esperam sem buscar seus direitos. Pelo contrário, destacam um papel de agência, uma ‘luta’ para a conquista do benefício:

Nesse dia que ela veio fazer [o cadastro], eu já ia pro mato, ai eu voltei e fizeram aqui. Aí todo dia dizia assim: “Hoje chegou de novo na Caixa”. Cheguei lá, a moça: “Dona, não veio não”. Aí de novo, “Ah, chegou outra lista no PAM” [Posto de Saúde]. Desci, dormi lá, tornei ribar de novo e fui pra lá. Chegou lá, a mulher: “Veio não”. Aí um dia saiu aqui no rádio, disse assim: “Hoje tem de novo, chegou outra lista na Secretaria”. Eu disse; “Eu já vou lá pra ver se veio”. Quando cheguei tava rodando lá. Não, vou já me embora que meu nome não veio não. Aí a mulher me chamou: “Barra aí que eu vou caçar pra ti”. Aí a minha amiga me chamou lá, minha amiga me chamando lá pra dentro, a menina me chamando: “Marta teu nome veio”. Eu disse “Veio?”. Graças a Deus, minha irmã. Até desmaiei. Nunca tinha visto, né? Aí veio, fomos pra casa, cheguei em casa umas dez horas da noite, com chuva, mais vim com o cartão. (Marta, 16/08/2011).

É o ato de batalharem por seu benefício, fazerem o cadastro, procurarem os órgãos do governo quando o cadastro demora, buscarem saber sobre como acessar o benefício, que chama atenção para a necessidade de expansão da ideia de ‘ajuda’. Afinal, conseguir o benefício do Bolsa Família é demonstrar que elas são batalhadoras e estão buscando melhorias para a sua casa e também para os seus filhos, dois elementos que, como se procurou demonstrar, aparecem como essenciais na constituição de sua identidade. Este caráter de luta permite ainda que se entenda, como destacamos acima, o dinheiro do Bolsa

Família como uma renda feminina dentro do ambiente doméstico – o que faz, por exemplo, com que Dona Nazaré, quando perguntada sobre o benefício, responda que “É, é meu, é minha renda mesmo”.

Esta agência também tem relação com o fato de procurarem aprender a superar as dificuldades que encontram na gestão do seu benefício. Dona Delfina, por exemplo, disse que não sabia que precisava pesar a criança (ou seja, que não sabia da existência da condicionalidade na saúde), mas que, depois que ficou sabendo, não deixou mais de cumprir esse compromisso. Dona Socorro também falou sobre a importância de fazer o cadastramento: “Porque sempre assim, eles pedem pra gente atualizar os dados, eu sempre vou, pra não ter nenhum problema de eu não receber depois”.

O caráter de luta e de aprendizado permite questionar o conceito de “ajuda” tal como o senso comum e a mídia costumam entendê-lo, ou seja, associado ao assistencialismo e, portanto, à falta de agência das pessoas. Neste caso, a “ajuda” existe, mas de nada adiantaria se elas não “corressem atrás” e batalhassem pelo seu cadastro. As quebradeiras criticam as mulheres que não fazem o mesmo, mas, ao mesmo tempo, reconhecem que existem outras mulheres que não tem o acesso às informações que elas possuem. Assim, a forma como elas se relacionam com o Programa – lutando para melhorar suas vidas – é a forma como elas também lidam com o seu cotidiano – buscando variadas iniciativas para melhorar as condições de vida em suas casas.

### **Considerações finais**

Procuramos, neste artigo, narrar as experiências vistas e vividas em uma pesquisa de campo com quebradeiras de coco babaçu sobre o benefício do Programa Bolsa Família, na cidade de Codó (MA). Buscamos pensar o recebimento deste benefício a partir de dois recortes, que se mostraram fundamentais: as dinâmicas familiares e as relações de gênero. Na análise dos dados encontramos algumas recorrências, como, por exemplo, semelhanças na utilização da renda proveniente do PBF, opiniões positivas sobre as mulheres como prioritárias do recebimento, a importância da casa e a não dissociação entre a ideia de “ajuda” e direito.

As percepções das quebradeiras de coco sobre o Programa Bolsa Família mostram como os programas governamentais fazem sentido para as pessoas a partir de situações e experiências concretas, que caracterizam o cotidiano de vida dos sujeitos. Como em Codó os canais de negociação das quebradeiras com o poder público, por intermédio das associações, ainda são frágeis, instáveis e baseados em relações personalistas, o PBF é reconhecido como um programa que tem constância (todo o mês o dinheiro está lá, “sem susto”). Diferentemente de algumas críticas externas feitas ao Programa, as quebradeiras reconhecem a positividade de ganhar “em dinheiro”, o que permite alguma liberdade no seu uso, de acordo com suas necessidades no momento do recebimento. Isto é importante

porque as necessidades (a “precisão”) mudam com o tempo, assim como as configurações familiares – que se alteram de acordo com migrações e dificuldades financeiras, por exemplo. Como pudemos perceber, as mudanças nas famílias não são acompanhadas pelas mudanças no cadastro no Programa (muito mais fixo), e as interlocutoras usam de criatividade para dividir o benefício entre familiares responsáveis pelas crianças e adolescentes.

Evidentemente, a relação com o benefício não é marcada apenas pelas situações positivas. Aparecem críticas ao cadastramento, ao atendimento e a ausência de fiscalização. Ainda há críticas feitas em relação ao uso abusivo de álcool e ao uso irresponsável de dinheiro. Contudo, estas situações não podem ser generalizadas e não são suficientes, para as mulheres pesquisadas, para que se desacredite na potencialidade do Programa. Seja pensando nas formas de organizar e mesmo repartir o repasse, seja pensando no uso que se dá ao dinheiro, a família (em todos seus formatos possíveis) é o eixo a partir do qual o benefício faz sentido. E, para as quebradeiras com as quais convivemos, são as mulheres que tem a família em primeiro lugar e consideram os filhos a prioridade. Ao lado dos filhos, outra prioridade é a casa, já que o dinheiro do benefício serve para melhorá-la, equipá-la com eletrodomésticos e mesmo para construí-la. Na casa, eixo de relação entre as mulheres e o Estado, tudo indica que o dinheiro do Bolsa Família aparece como uma contribuição feminina no orçamento.

A colocação da casa como espaço privilegiado de relação com o Estado, por um lado, e a própria rotina das quebradeiras de coco, por outro, ajuda a questionar a distinção entre privado (doméstico) e público (rua, política)<sup>15</sup>. As quebradeiras de coco que trabalham ‘fora’ de casa são as mesmas que mencionam a casa como elemento fundamental de se imaginar no mundo. Assim, mostram que o doméstico não é um espaço apolítico. Elas questionam ainda outras leituras simplistas sobre o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família. Questionam, em primeiro lugar, aquelas afirmações de que dependem do Programa para viverem. Em diferentes falas deixaram a mostra que antes do Programa “A gente passava, porque passava mesmo né...” (Dona Generosa), ou seja, que antes do PBF elas buscavam outras formas de prover o sustento de suas casas – assim como continuam se dedicando a diferentes atividades, incluindo a quebra do coco. O que o benefício permitiu foi uma flexibilização de suas rotinas de trabalho e também a possibilidade de comprar material escolar, produtos de higiene e algum ‘luxo’ para os filhos.

Acreditamos que as considerações feitas pelas quebradeiras sobre o PBF ainda permitem questionar outra dicotomia, muito arraigada na discussão sobre o Programa – aquela das tentativas de colocar o comportamento dos sujeitos ou no polo do ‘assistencialismo’ ou no polo do ‘direito’ (uma dicotomia que, mais do que para analisar as políticas, é utilizada para estigmatizar pessoas, especialmente as de baixa renda).

<sup>15</sup> Questão fundamental nos estudos feministas e de gênero, como em Ortner, 1979; Strathern, 2006.

Entendendo o Programa Bolsa Família como uma ‘ajuda’ as quebradeiras de coco ressaltam a importância de lutarem pela melhoria das suas condições de vida, chamam atenção para aqueles que elas consideram que não utilizam bem o dinheiro e para aqueles que, devido às suas condições de maior vulnerabilidade, não sabem sobre o cadastro no Programa. Entre as narrativas da ‘precisão’ e as possibilidades de algum ‘luxo’, as quebradeiras de coco – nas formas como acessam o Programa, recebem o benefício e o utilizam – mostram a importância de um olhar cuidadoso para as dinâmicas do cotidiano e da vida dos sujeitos que participam dos programas governamentais.

## Referências

- AHLERT, Martina. **Mulheres de Monte Verde**: etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular com o Programa Fome Zero. 2008. 138p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008a. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91731/251560.pdf?sequence=1>> Acesso em: 26.03.2013
- \_\_\_\_\_. Política ‘da ajuda’: notas antropológicas sobre cestas básicas In: LIMA, Roberto Kant de (org.). **Antropologia e Direitos Humanos 5**. Brasília; Rio de Janeiro: ABA / Booklink, 2008b. p. 318-349.
- ARIÉS, Phillipe. **A história social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras**: gênero, trabalho e identidades no universo das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão. 2007. 161p. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <[http://www.posafro.ufba.br/\\_ARQ/dissertacao\\_viviane\\_barbosa.pdf](http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_viviane_barbosa.pdf)> Acesso em: 26 abr. 2013
- BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília**. Etnografando lugares-evento da política. Rio de Janeiro: Relumê Dumará / NuaP, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. O espírito da família. In: \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1997. p. 124-135.
- CALDEIRA, Teresa. Mujeres, cotidianidad y politica. In: JELIN, Elisabeth. (comp.) **Ciudadania e identidad**. Ginebra: Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social, 1987. p. 75-125.
- FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Família, Fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- GARCIA Jr, Afrânio Raul. **O Sul**: caminho do roçado. São Paulo / Brasília: Marco Zero / Editora da UnB, 1989.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Nova luz sobre a antropologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GODOI, Emilia Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- GOLDMAN, Márcio; SILVA, Ana Cláudia C. da. Por que se perde uma eleição? In: GOLDMAN, Márcio. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1999. p. 145-166.

- GOLDMAN, Márcio; SANT'ANNA, Ronaldo. Teorias, representações e práticas. In: GOLDMAN, Márcio. **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1999. p. 123-144.
- GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. 2010 [versão revisada]. Disponível em: <[http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf)> Acesso em: 26 abr. 2013
- HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HERITIÉR, Françoise. Família. [verbete] In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 20. Parentesco. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989, p. 81-94.
- KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan/abril 2005, p. 31-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a03v13n1.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2013
- LIBARDONI, Marlene. **O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero**. 2008. Disponível em: <[http://www.ipc-undp.org/doc\\_africa\\_brazil/Webpage/missao/Pesquisas/PESQUISA\\_MULHER.pdf](http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Pesquisas/PESQUISA_MULHER.pdf)> Acesso em: 26.03.2013
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. Trad. Anton P. Carr. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores)

Recebido em 22/11/2012

Aprovado em 06/02/2013